

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA PARTICIPADA E CONTEXTUALIZADA.

RUI MANUEL REIS QUARESMA

Novos reptos à educação numa sociedade em profundas mudanças

Numa sociedade envolta em profundas transformações de ordem social, económica, cultural e política, novos desafios se colocam à educação e ao sistema educativo. O contexto de globalização, a evolução das tecnologias de informação e comunicação bem como a produção do conhecimento em massa e a grande velocidade, constituíram um ambiente propício a rápidas mudanças na forma como vivemos e nos organizamos.

Inicialmente concebido para uma classe de elite e homogénea, os desencantos e as limitações do modelo de educação escolar são hoje notórias: a incapacidade de responder de forma eficaz às exigências de uma sociedade cada vez mais heterogénea, consequente da sua generalização; a descrença nas credenciais académicas como garantia de emprego no mundo do mercado de trabalho; a crescente descreditação no sistema educativo e nas consecutivas reformas. Há muito que a escola deixou de ser o principal detentor do conhecimento e da informação, partilhado agora esse espaço com outros novos actores sociais como a rádio, a televisão e a internet, que muitas vezes se manifestam de forma mais atractiva e apelativa. A isso acumula ainda a crescente desresponsabilização social em matéria educacional, delegando a tarefa à escola quase de forma exclusiva, que a nomeia como a principal responsável de problemas sociais com destaque para os relacionados com as gerações mais jovens (Azevedo, 2001).

Mas se por um lado são visíveis os seus sinais de esgotamento, por outro nunca antes o conhecimento e a aprendizagem tiveram uma importância central e tão evidente na sociedade e na vida dos cidadãos. Os tradicionais períodos distintos de vida mudaram (educação escolar na infância e juventude, actividade profissional na vida adulta e reforma na idade avançada). O rápido avanço tecnológico e a expansão do conhecimento vieram evidenciar as limitações do período escolar inicial como formação satisfatória para toda a vida e impor a necessidade de uma permanente actualização dos conhecimentos e competências (Delors, 1996).

A complexidade destas mudanças sociais extravasa visivelmente a dimensão escolar e seria, por isso, limitativo querer enfrentá-la unicamente no seu interior. É claro que, juntamente com a instituição família, a organização escolar desempenha um papel nuclear no campo educacional. Não obstante, problemas sociais como a compartimentação de agregados sociais e a desresponsabilização social demandam a acção conjunta de uma vasta rede de actores sociais comunitários (pessoas e instituições) que fazem parte do quotidiano dos cidadãos e que podem assumir aqui um papel activo em torno de um projecto educativo comum na base da partilha e da solidariedade.

Comunidades de Aprendizagem: o projecto “Trofa Comunidade de Aprendentes”

Embora sinónimo de livre circulação de informação, bens e pessoas, globalização combina também com o particularismo, a diversidade étnica e o regresso ao comunitarismo. Nela, o espaço local emerge como seu complemento num reajustamento territorial – fruto da *crise identitária* vivida pelo Estado Nação – e com ele um movimento de transferência de poderes de nível central para poderes de nível periférico no sentido de mobilizar e responsabilizar os actores locais para uma participação conjunta e concertada.

É neste pensamento que assenta a regulação sociocomunitária da educação e o conceito de Comunidade de Aprendizagem: uma comunidade em que todos os actores são chamados a participar – professores, alunos e encarregados de educação, mas também

poderes locais, instituições, formadores, vizinhos. Todos são potenciais educadores e todos se encontram aptos a aprender sob todas as formas e contextos, durante toda a vida e enquanto agentes do seu processo educativo.

Uma comunidade de aprendizagem é uma comunidade que coloca a educação como elemento impulsionador do seu desenvolvimento, organizando e construindo um projecto educativo e cultural para educar-se a si própria. Cria oportunidades de aprendizagem formais, informais e não-formais à luz do paradigma da aprendizagem ao longo da vida (Faris & Peterson, 2000; Torres, 2006). Como diria Joaquim Azevedo, “um tecido repleto de redes e de encontros, uma manta multicultural e inter-conectada, uma sociedade que pode oferecer a todos, sem excepção, múltiplas e flexíveis oportunidades de aprender, de saber-ser, de aprender a viver juntos” (2006: 54).

Já em 1972, Edgar Faure, no Relatório da Comissão Internacional Sobre o Desenvolvimento da Educação, vem apontar para a emergência e o direito de cada indivíduo aprender ao longo de toda a sua vida nos mais variados contextos, assim como para o estreitamento entre os contextos de aprendizagem formais e informais através da reorganização e regulação da educação na cidade, a que intitula de “Cidade Educativa” e que vem mais tarde dar nome ao movimento das Cidades Educadoras, em 1990, na cidade de Barcelona.

À semelhança da Associação Internacional de Cidades Educadoras, as Comunidades de Aprendizagem visam a projecção de um modelo organizativo da educação extensivo aos diversos actores sociais e culturais, no qual o município assume um papel nuclear enquanto dinamizador e coordenador de iniciativas territoriais, envolvendo-as num projecto comum. Num contexto de territorialização das políticas públicas, ele é o órgão de poder mais próximo dos cidadãos e melhor conhecedor das suas preocupações e recursos locais, permitindo-lhe responder às suas necessidades concretas em tempo útil, envolvendo a participação de todos os interessados.

No caso específico das Comunidades de Aprendizagem o sentido de comunidade encontra-se fortemente presente. Ele designa uma colectividade onde os seus membros se encontram fortemente unidos

e transporta um forte sentido de proximidade e compromisso. Referir-nos a comunidades abertas enquanto espaço de eleição e de qualidade relacional gerador de laços fortes e de sentido de pertença e *identidade comunitária* que responsabiliza e mobiliza os indivíduos para o bem comum, assente numa realidade quotidiana (família, trabalho, escola) pois é nela que se encontram e se definem as preocupações de cada cidadão. Um espaço propício ao encontro do outro, com quem se partilha e se tecem laços de pertença afectiva. Um lugar de gente concreta com histórias singulares (Subirats, 2002).

Na cidade da Trofa, distrito do Porto, situa-se o projecto “Trofa Comunidade de Aprendentes” (TCA). Resulta da parceria entre a Universidade Católica Portuguesa e a Câmara Municipal da Trofa, cabendo à primeira a responsabilidade de coordenação científico-pedagógica pelo Professor Doutor Joaquim Azevedo e Professora Doutora Isabel Baptista. Tem por base territorial o município e ambiciona construir uma comunidade educativa de cidadãos, garantindo o apoio e as condições necessárias para aprenderem – o que desejarem, a qualquer hora e em qualquer lugar, ao longo de toda a vida. Parte do princípio de que todas as pessoas se encontram aptas a aprender e a saber mais e de que a aprendizagem se pode realizar em todos os espaços e tempos da vida: em casa, no trabalho, na escola. Cada indivíduo é autor da sua própria aprendizagem e do seu projecto de vida, decidindo o que quer aprender e quando quer aprender (www.trofatca.pt, consultado a 05 de Novembro de 2008).

Na prossecução dos seus objectivos, o projecto TCA valoriza as redes de actores, o compromisso e a mediação. Como refere Joaquim Azevedo, mentor do projecto, o TCA é “uma dinâmica de incentivo e de criação de redes socioeducativas (instituições, iniciativas, mediadores, técnicos colaboradores, unidades de atendimento e centros de aprendizagem, formadores, voluntários) que se mobilizam para a cooperação” (2007: 26). A mediação, enquanto prática sócio-pedagógica baseada na proximidade e “subordinada à intenção de promover interacções sociais positivas” (Baptista, 2007a: 16), assume uma posição central na estimulação e reforço destes laços de compromisso entre os actores (pessoas e instituições), potenciando o capital social da comunidade e colocando o conhecimento e a aprendizagem ao longo da vida enquanto elementos impulsionadores do seu desenvolvimento.

Potencialidades e desafios à organização escolar: a «escola TCA»

Num contexto de Comunidade de Aprendizagem, a organização escolar encontra-se numa posição privilegiada enquanto dinamizadora e centro de recurso humanos e materiais. Professores e educadores, pelo seu conhecimento técnico e científico, pela sua experiência e pelo papel que desempenham num espaço de referência nesta área, são protagonistas preciosos em todas as dinâmicas de aprendizagem, sejam elas formais, não-formais ou informais. Além disso, nela encontram-se crianças e jovens que ali passam grande parte do seu dia-a-dia.

Concomitantemente, a própria organização escolar não permanece indiferente a esta nova realidade social. Ela incita-a à mudança convidando-a a repensar as suas práticas e o modo de se relacionar com o mundo que a rodeia, como nos refere Joaquim Azevedo: “O aprender ao longo da vida não dispensa, nem substitui, a aprendizagem da escola, mas desafia-a, obrigando-a a reinventar-se e a sintonizar-se com a interpelação do mundo que a rodeia” (2004: 26).

No nosso contexto de referência, a dinâmica TCA também coloca à escola a necessidade de concertar esta nova realidade com o seu quotidiano (aulas, avaliações, turmas, disciplinas, programas). Como podemos verificar no Relatório Global TCA de 2006, nela passaram a ter lugar um leque de iniciativas de aprendizagem diversificado, nas áreas e nas modalidades, construído a partir dos interesses e das motivações das pessoas. Com o imprescindível apoio de técnicos e mediadores especializados, são os próprios cidadãos que se organizam e mobilizam os recursos da comunidade (humanos, materiais e infra-estruturas) para a realização de cursos de formação, tertúlias, palestras, colóquios, oficinas, clubes, intercâmbios, exposições, entre muitas outras, e que têm lugar dentro e fora do horário escolar, mediante a disponibilidade dos actores e o carácter das iniciativas (Baptista, 2007a).

A ideia de “comunidade educativa” em antagonismo a “serviço de estado” de que nos fala João Formosinho (1989) encontra aqui um forte sentido na medida em que é um contexto onde todos os actores são invocados a participar e a fazerem parte dela enquanto potenciais

educadores e enquanto aprendentes. Recorrendo desta vez à palavra de Isabel Baptista, a organização escolar naquela comunidade de aprendentes – apelada de *escola TCA* – “é uma escola quotidianamente construída e reinventada pela acção solidariamente articulada de muitas pessoas, professores, alunos, auxiliares da acção educativa, mediadores, voluntários, técnicos, pais, primos, tios, vizinhos, pessoas de dentro e de fora, de longe e de perto” (2006: 13).

Na prática, todas as escolas têm dinâmicas pontuais com a comunidade: festas, convívios, reuniões. A particularidade da *escola TCA* é a construção de laços permanentes na base da proximidade e do dia-a-dia, que geram a cooperação e o compromisso na acção conjunta e solidária em torno da aprendizagem ao longo da vida. Na prática são pais, filhos, professores, tios, vizinhos, primos, participando em diversas dinâmicas de aprendizagem – eventos culturais, formações, convívios, colóquios – estreitando e reforçando os laços que fomentam a acção conjunta e solidária.

Conclusão

A regulação sociocomunitária da educação coloca o conhecimento e a aprendizagem como um elemento impulsionador do desenvolvimento de uma comunidade de cidadãos. Valorizando o seu capital social, assenta na construção participada de um projecto educativo comum que considera o seu contexto social, económico e cultural, construído a partir das necessidades e motivações concretas das pessoas e das suas preocupações.

Fazer face aos obstáculos que a sociedade hoje coloca aos cidadãos e à educação – nomeadamente os ligados à exclusão – requer a acção conjunta de um leque alargado de actores sociais no quotidiano dos cidadãos: família, escola, instituições, local de trabalho. Por si só, a organização escolar é incapaz de responder de forma satisfatória às necessidades de uma sociedade cada vez mais heterogénea e exigente. A crescente desresponsabilização social em matéria de educação tem levado a escola a somar ao longo dos últimos anos múltiplas responsabilidades como a educação ambiental, rodoviária, sexual, saúde, entre outras. Esta excessiva acumulação de encargos tem resultado no que António Nóvoa chama de “transbordamento da

escola” (2005). Não quer isto dizer que ela não tenha responsabilidades naqueles campos. Porque tem. Mas esta acumulação de cargos vem dificultar a sua acção sem desviá-la daquilo que seria a sua principal missão.

Como ele próprio refere, “à escola o que é da escola, à sociedade o que é da sociedade” (idem). Ao mesmo tempo que é necessário recentrar a sua missão, é fundamental uma maior responsabilização e participação de outros actores sociais na construção de um projecto educativo colectivo. Referimo-nos a uma participação efectiva e implicada e não apenas à mera execução de programas. Uma participação que mobilize e responsabilize as pessoas, valorizando e potenciando o seu capital social e os recursos locais existentes, recorrendo a modelos governativos desburocratizados baseados no compromisso e na partilha solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Joaquim (2001). Comunidades (de) Aprendentes: um futuro outro para as cidades e para os cidadãos. Porto: Conferência da Quaternaire Portugal *Competências e Novas Dinâmicas Urbanas*.
- AZEVEDO, Joaquim (2004). Comunidade de Aprendentes: o início de um caminho. *Aprender ao longo da vida* (1) 25-26.
- AZEVEDO, Joaquim (2006). Redes, Territórios e Comunidades de aprendizagem. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- AZEVEDO, Joaquim (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos de Pedagogia Social: Aprender na e com a vida – as respostas da pedagogia social* (1) 7-40.
- BAPTISTA, Isabel (2007a). Promoção da capacitação parental e familiar – caso de estudo: iniciativa TCA «Projecto Escola-Família». In *Manual EIS de capacitação para o sucesso escolar*.
- BAPTISTA, Isabel (2007b). Políticas de alteridade e cidadania solidária – as perguntas da pedagogia social. *Cadernos de Pedagogia social: Aprender na e com a vida – as respostas da pedagogia social* (1) 135-151.

BAPTISTA, Isabel (2006). Escola TCA – um projecto feito por pessoas, com as pessoas, para as pessoas. *Inforescola – Jornal do Agrupamento de Escolas de Coronado e Covelas*, p. 13.

DELORS, Jacques et. al (1996). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (7a ed.) Porto: Edições ASA.

FARIS, Ron & PETERSON, Wayne (2000). *Learning-based community development: lessons learned for British Columbia*. Canadá: Ministério de Desenvolvimento Comunitário, Cooperativo e Voluntário.

FAURE, Edgar (1972). *Aprender a Ser*. Relatório da Comissão Internacional sobre o desenvolvimento da Educação. Lisboa: Bertrand.

FORMOSINHO, João (1989). De serviço do Estado a Comunidade Educativa: uma nova concepção para a escola portuguesa. *Revista portuguesa de educação* (1) 53-86.

NÓVOA, António (2005). *Evidentemente – Histórias da educação*. Porto: Edições ASA.

TORRES, Rosa Maria (2001). Comunidad de Aprendizaje – Repensando lo educativo desde el desarrollo local y desde el aprendizaje. Barcelona: *Simpósio Internacional sobre Comunidades de Aprendizagem*.

SUBIRATS, Joan (coord.) (2002). *Gobierno Local y Educación*. Barcelona: Ariel Social.